



Informação nº: 153/2019 – SECONT/2ªDICONT

Brasília (DF), 18 de julho de 2019.

Processo nº: 21.296/2015 (2 volumes).

Apenso nº: 040.001.049/2015 (2 volumes).

Jurisdicionada: Administração Regional de Samambaia – R.A. XII.

Assunto: Tomada de Contas Anual – TCA.

Valor envolvido: R\$ 40.631.734,97 (montante em exame)¹.

Ementa: Tomada de contas anual. Administração Regional de Samambaia – R.A. XII. Exercício financeiro de 2014. Exame inicial. Decisão 4997/2018. Razões de justificativa. Análise. Parcialmente procedentes. Contas regulares e regulares com ressalvas.

Senhor Diretor,

Tratam os autos da tomada de contas anual dos ordenadores de despesa, agentes de material e demais responsáveis da Administração Regional de Samambaia – R.A. XII, referente ao exercício financeiro de 2014.

2. Por meio da Decisão nº 4.997/2018 (fl. 43), a Corte assim deliberou:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da tomada de contas anual da Administração Regional de Samambaia-R.A.XII, referente ao exercício de 2014, objeto do Processo nº 040.001.049/2015; **II – determinar, nos termos do art. 13, inciso III, da Lei Complementar nº 1/1994, a audiência dos gestores abaixo nominados para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa quanto às irregularidades aludidas nos subitens do Relatório de Auditoria nº 4/2017 – DIGOV/COIPG/SUBCI/CGDF, na forma discriminada a seguir: Carlos Antônio da Silva Santarém, Diretor de Administração Geral, no período de 1/1 a 3/4/2014, e Administrador Regional, do período de 4/4 a 31/12/2014, Subitens 2.1, 3.1 e 4.2 do Relatório de Auditoria nº 4/2017; Herbert Lobo Ribeiro, Diretor de Administração Geral, de 4/4 a 31/12/2014, Subitens 2.1, 3.1 e 4.2 do**

¹ Valor total do Ativo/Passivo registrados no Balanço Patrimonial do exercício em referência (fl. 155*).



Relatório de Auditoria nº 4/2017; e Risomar da Silva Carvalho, Administrador Regional, no período de 1/1 a 3/4/2014, Subitens 3.1 e 4.1 do Relatório de Auditoria nº 4/2017; III – alertar os citados gestores para a possibilidade de o Tribunal julgar suas contas irregulares e aplicar-lhes multa, nos termos do artigo 17, inciso III, alínea “b”, c/c o art. 20, parágrafo único e 57, inciso I, todos da Lei Complementar nº 01/1994, caso suas justificativas não sejam acolhidas; IV – devolver os autos à Secretaria de Contas, para as providências pertinentes. (grifo nosso)

3. Atendendo à determinação exarada no item II do referido *decisum*, após as devidas comunicações de audiência (fls. 45/47), foram apresentadas as razões de justificativa dos responsáveis a seguir:

- a) Hebert Lobo Ribeiro, fls. 61/77 e anexos de fls. 78/159²;
- b) Carlos Antônio da Silva Santarém, fls. 160/175 e anexos de fls. 176/252³;
- c) Risomar da Silva Carvalho, fls. 253/262 e anexos de fls. 263/276.

4. Os autos vieram a esta Unidade Técnica para análise dos argumentos.

RAZÕES DE JUSTIFICATIVA

5. As razões de justificativa apresentadas em relação aos subitens em comum serão analisadas de forma conjunta, tendo em vista a similaridade dos argumentos apresentados.

6. **Razões de justificativa dos responsáveis i) Hebert Lobo Ribeiro**, fls. 61/77 e anexos de fls. 78/159; **ii) Carlos Antônio da Silva Santarém** fls. 160/175 e anexos de fls. 176/252; **e iii) Risomar da Silva Carvalho**, fls. 253/262 e anexos de fls. 263/276.

Argumento preliminar:

7. Fizeram um breve relato das falhas que lhes são imputadas e, preliminarmente, alegaram que não podem responder por atos administrativos realizados em período que não estavam exercendo efetivamente os seus cargos (fls. 61/62, 160/161 e 253/254 respectivamente):

² Assim divididos: Anexo I – fls. 78/134; Anexo II – fls. 135/147; e Anexo III – fls. 148/159.

³ Assim divididos: Anexo I – fls. 176/232; Anexo II – fls. 233/240; e Anexo III – fls. 241/252.



- a. **Hebert Lobo Ribeiro** (Diretor de Administração Geral – DAG no período de 04/04/2014 a 31/12/2014);
- b. **Carlos Antônio da Silva Santarém** (Diretor de Administração Geral – DAG no período de 01/01 a 03/04/2014 e Administrador Regional no período de 04/04/2014 a 31/12/2014);
- c. **Risomar da Silva Carvalho** (Diretor de Administração Geral – DAG, no período de 01/01 a 03/04/2014).

8. Além disso, informaram que, de acordo com o Relatório de Auditoria nº 04/2017, exercício financeiro de 2014, as recomendações elencadas deveriam ser adotadas em exercícios futuros, destacando que a auditoria referente àquele exercício foi concluída em 31/01/2016, data em que os justificantes não estavam mais trabalhando naquela Administração Regional (fls. 62/63, 161/162 e 254/255).

9. Ressaltaram, também, que devem ser observados individualmente os atos praticados por cada agente, de acordo com as funções que ocuparam (Administrador Regional ou Diretor de Administração Geral), para que se verifique se era da competência dos agentes os atos imputados (fls. 63/64, 162/163 e 255)

Análise:

10. As responsabilidades foram atribuídas de acordo com período em que os justificantes ocupavam seus cargos, bem como suas respectivas competências, respeitando, assim, a individualização das sanções.

11. No que se refere às recomendações constantes no Relatório de Auditoria nº 04/2017, exercício financeiro de 2014, essas são direcionadas a Administração Regional e seu respectivo responsável à época do recebimento. Dessa forma, o que se atribui aos justificantes são as impropriedades que ocorreram à época em que ocupavam os cargos na Administração Regional de Samambaia, no exercício de 2014.

12. Dessa forma, todos os atos foram imputados observando a individualização de suas condutas.

Subitem 2.1 – pagamento regular de despesa sem cobertura contratual que deveria ser tratada como despesa indenizatória, referente ao Processo nº 142.000.147/2014 (Contrato nº 05/2014), que tratou da reforma da feira permanente da Administração de Samambaia e referente ao Processo nº



142.001.680/2014, que tratou da execução de obras na QR 402 de Samambaia Norte, Contrato nº 03/2014.

Argumentos:

13. Em relação ao subitem em tela, os justificantes **Hebert Lobo Ribeiro e Carlos Antônio da Silva Santarém** alegaram que o pagamento sem a devida cobertura contratual foi excepcional e estava vinculado à verificação dos requisitos de boa-fé, à aferição prévia de disponibilidade orçamentária, à efetiva comprovação da prestação dos serviços e de sua quantidade, além da análise do caso concreto, conforme Anexo I – Caderno A, fls. 78/107 e 176/205 (fls. 64/65 e 163/164).

14. Destacaram que a falta de pessoas qualificadas, que deveriam acompanhar o andamento dos processos e assessorarem os gestores daquela Unidade ocasionaram possíveis erros materiais na instrução processual. Como exemplo, informaram que constou o nome do antigo Administrador Regional, Risomar da Silva Carvalho, e não o Sr. Carlos Antônio da Silva Santarém, Administrador contemporâneo ao referido contrato. (fls. 65 e 164)

15. Outra impropriedade apontada como erro cometido pelos servidores foi o prazo de 150 dias digitado erroneamente na cláusula oitava do Contrato nº 05/2014, quando deveria ter sido de 120 dias. Essa impropriedade induziu a erro o executor e ocasionou as supostas falhas apontadas pela auditoria. Ressaltaram que, embora tenha ocorrido esse erro material, a emissão e o atesto foram realizados dentro do prazo (fls. 65/66 e 164/165).

16. Ressaltaram que as certidões de regularidade fiscal do credor foram devidamente juntadas, bem como que os pagamentos foram feitos por meio das Notas Fiscais 000.002.643, 000.002.644 e 000.002.645, em substituição à Nota Fiscal 000.002.256, no valor de R\$ 215.889,99, que fora cancelada após orientação no SIGGO/DF para que fossem realizados pagamentos até o limite de R\$ 80.000,00, conforme Anexo I – A, de fls. 101/104 e 198/201 (fls. 66/67 e 165/166).

17. Em relação à falta de assinatura dos representantes da empresa nos atestos de execução, informaram que o executor afirmou que o atesto encontrava-se formalmente adequado e que, naquela etapa da execução, a assinatura do responsável da empresa não era requisito formal para a efetivação das etapas posteriores de liquidação e pagamento.

18. Ainda, no que se refere ao pedido de prorrogação do Contrato 05/2014 e seu deferimento sem as devidas justificativas, esses atos foram praticados pelo então Administrador Regional Substituto Juscelino França Lopo,



cabendo a ele responder por esse fato. Ressaltaram que não foi realizado nenhum pagamento ou obra após a juntada do 1º termo Aditivo (fls. 67/68 e 166/167).

19. Alegaram, ainda, a existência de boa-fé dos gestores na prática de suas ações, visando o interesse público, bem como destacaram que a solicitação de abertura do processo licitatório partiu da Assessoria de Planejamento e Ordenamento Territorial – ASPLAN e que havia disponibilidade orçamentária, conforme Anexo I – Caderno B, fls. 107/118 e 206/217 (fls. 68 e 167).

20. Ademais, informaram que a prorrogação de prazo solicitado pela contratada foi atendida pelo executor, que encaminhou, no dia 14/08/2014, o pleito para decisão final do Administrador Regional. Porém, devido à excessiva carga de trabalho e à burocracia na tramitação do processo, o despacho, com a sua autorização, foi juntado aos autos apenas no dia 04/09/2014 (fls. 69 e 168).

21. Ressaltaram que a Nota Fiscal nº 000.000.048 foi emitida dentro do prazo contratual, bem como que as certidões de regularidade fiscal estavam dentro do prazo de validade e a emissão de autorização de pagamento foi concluída em 16/09/2014. Dessa forma, todos os atos para o pagamento da parcela concluída e atestada foram realizados antes do término do contrato (30/09/2014), conforme Anexo I – Caderno B, fls. 120/132 e 218/230 (fls. 69 e 168).

Análise:

22. Em que pese o atendimento dos requisitos elencados no parágrafo 16, esses não podem suprir o comando da lei, que determinava que o pagamento do contrato deveria ter sido realizado com cobertura contratual. Entretanto, não foi verificado prejuízo, pois os serviços foram executados, conforme se depreende do atesto do executor. Dessa forma, a impropriedade, embora considerada como falha grave pelo Controle Interno, trata-se de inconsistência formal, tendo em vista à falta de pessoal qualificado e tramites processuais.

23. Ademais, considerando que são impropriedades formais, que não trouxeram prejuízos para a Administração, bem como que se tratou de fato isolado, pode-se aplicar ao caso o entendimento desta Corte manifestado em diversas decisões de que o pagamento de despesa sem cobertura contratual pode repercutir em ressalvas às contas dos responsáveis, conforme se vê a seguir:

“DECISÃO Nº 4159/2018

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento prestação de contas anual – PCA dos administradores e demais responsáveis da BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A., referente ao exercício financeiro de 2014, apresentada mediante o Processo nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE CONTAS
SEGUNDA DIVISÃO DE CONTAS

e-DOC 1959303D
Proc 21296/2015

Proc.: 21296/15

Rubrica

041.000.301/2015; II – julgar: a) **com fundamento no art. 17, inc. II, da Lei Complementar nº 1/1994, regulares, com ressalvas**, as contas dos Srs. Lenin Florentino de Faria (Diretor Presidente) e Edilson Barbosa Veloso Júnior (Diretor Jurídico, de Administração e de Controladoria), em decorrência das falhas apontadas nos subitens 1.1 – Pagamento de patrocínio à revelia de cláusulas contratuais, 2.1 – Ausência de justificativas de preço para concessão de patrocínios, 2.2 – Ausência de análise prévia de contratos de patrocínio pela consultoria jurídica, 2.3 – Ausência de parecer jurídico para concessão de patrocínio no valor de R\$ 2.000.000,00, 2.4 - Inobservância da Lei de Licitações e Contratos para concessão de patrocínios, 2.5 - Ausência de recebimento/recolhimento de termos de garantia, **2.6 - Pagamento de despesas sem cobertura contratual** e 2.7 - Ausência de prestação de contas de patrocínio com finalidade específica de financiamento de projeto de interesse social, do Relatório de Auditoria nº 55/2017 – DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF (fls. 520/526 do Processo nº 041.000.301/2014, apenso); [...]” (grifamos).

“ACÓRDÃO Nº 101/2006

Ementa: Tomada de Contas Anual. Contas julgadas regulares com ressalva dos responsáveis relacionados e regulares quanto aos demais responsáveis. Quitação ao responsáveis. Recomendações de providências corretivas.

Processo TCDF nº 0704/2003 (Apenso nº 040.005.269/2003 e 040.007.837/2003).

Nome/Função/Período: **Aguinaldo Lelis**, Secretário de Estado, de 1º.01 a 13.10.02 e de 30.10 a 28.11.02; **Marco Paulo Quirino Costa**, Secretário-Adjunto Substituto, de 06.07 a 20.07.02, de 22.07 a 26.07.02 e de 14.10 a 29.10.02; **Maria Risomar Bezerra de Moraes**, Diretora de Apoio Operacional, de 1º.01 a 31.12.02; Valdirene Pereira da Silva, Diretora de Apoio Operacional – Substituta, de 1º.04 a 10.04.02, e **Elgen José Calixto Carneiro**, Diretor de Apoio Operacional – Substituto, de 1º.07 a 20.07.02.

Órgão: Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (incluindo o Fundo de Aval do DF e Fundo de Desenvolvimento Rural do DF). R

Relator: Conselheiro-Substituto José Roberto de Paiva Martins.

Unidade Técnica: 2ª Inspeção de Controle Externo.

Representante do MPJTCDF: Procuradora-Geral em exercício Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

Síntese de impropriedades/falhas apuradas:

a) atribuídas ao Sr. Aguinaldo Lélis: 1) registros contábeis pendentes de regularização; 2) ausência de registro contábil dos contratos; 3) ausência de procedimento licitatório na telefonia móvel celular e fixa de longa distância – DDD e DDI; 4) deficiência nos controles de gasto e uso dos serviços de telefonia móvel e fixa; 5) pagamento de multas sobre pagamentos de telefones; **6) realização da despesa sem prévio empenho e sem cobertura contratual;** 7) falha na projeção de gastos para os serviços de máquina copiadora; 8) ausência de pesquisa de preços; 9) controle, cobrança e processamento de arrecadação de taxas provenientes de arrendamentos e concessões feitos de forma precária; 10) deficiência no controle de parcelamento de chácaras destinadas a uso rural; 11) fiscalização precária de imóveis no exercício de 2002.

b) atribuídas à Sra. Maria Risomar Bezerra de Moraes: 1) registros contábeis pendentes de regularização; 2) ausência de registro contábil dos contratos; 3) ausência de procedimento licitatório na telefonia móvel celular e fixa de longa distância – DDD e DDI; 4) deficiência nos controles de gasto e uso dos serviços de



telefonia móvel e fixa; **5)** pagamento de multas sobre pagamentos de telefones; **6) realização da despesa sem prévio empenho e sem cobertura contratual;** 7) falha na projeção de gastos para os serviços de máquina copiadora; **8)** ausência de pesquisa de preços.

[...]"

Recomendações (LC/DF nº 1/94, art. 19): determinar aos atuais dirigentes da jurisdição que envidem esforços e adotem providências para a correção e a prevenção das falhas detectadas nestas contas.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto do Relator, com fundamento nos arts. 17, II, 19 e 24, II, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em

a) julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Aginaldo Lélis e Maria Risomar Bezerra de Moraes, dando-lhes quitação; [...]"

24. Ademais, no que se refere à emissão da nota fiscal em data posterior à vigência do contrato, verificamos que a Nota Fiscal nº 000.002.256, no valor de R\$ 215.889,99 (fls. 97 e 194), foi emitida dentro de sua vigência. Entretanto, as notas que a substituíram, após procedimento informado no SIGGO, foram emitidas após o término do contrato, fato que, em nosso entendimento, tratou-se de falha formal que não trouxe prejuízo ao erário.

25. Portanto, diante da análise das razões de justificativa, entendemos que os argumentos podem ser acolhidos parcialmente, bastando, no tocante à impropriedade do subitem em tela, a aposição de ressalvas nas respectivas contas.

Subitem 3.1 – ausência de comprovação de adequação entre o termo de referência objeto da contratação e a demanda às especificações constantes da Ata de registro de Preços Nº 25/2013 com direcionamento na contratação de empresa por meio de adesão, referente ao processo nº 142.000.174/2014

Argumentos:

26. No tocante ao subitem acima, os justificantes apresentaram as seguintes alegações:

a. **Hebert Lobo Ribeiro: afirmou** que exerceu o cargo de Diretor de Administração Geral – DAG entre 23/04/2014 e 31/12/2014, e que, conforme análise do quadro de fls. 70/71, os atos administrativos questionados (elaboração e recebimento do Termo de Referência proveniente da Diretoria de Obras – DIROB) buscavam efetivar a adesão à ata de registro de preços e foram praticados antes dele assumir o cargo de DAG. Além disso, apontou que interveio no referido processo apenas em 20/05/2014. Dessa forma, não teria cometido falhas no procedimento de adesão (fls. 70/72).



b. **Carlos Antônio da Silva Santarém**: para justificar o não cometimento da falha, observou que os atos questionados (elaboração e recebimento do Termo de Referência proveniente da Diretoria de Obras – DIROB) foram praticados antes de sua posse no cargo (fls. 169/170)

c. **Risomar da Silva Carvalho**: para justificar o não cometimento da falha, observou que os atos questionados (elaboração e recebimento do Termo de Referência proveniente da Diretoria de Obras – DIROB) foram praticados após a sua exoneração. Além disso, afirmou que interveio no referido processo apenas para o envio de ofício ao Banco Regional de Brasília – BRB (fls. 256/258).

Análise:

27. No que se refere aos Srs. **Hebert Lobo Ribeiro** e **Risomar da Silva Carvalho**, em que pese a maior parte do processo de contratação ter ocorrido durante o período das respectivas gestões, bem como que as autorizações de realização de despesa, emissão de nota de empenho e celebração do Contrato nº 05/2014, todas realizadas no mesmo dia, quando o Sr. **Hebert Lobo Ribeiro** ocupava função, entendemos que são procedentes as alegações, tendo em vista não estarem ocupando os respectivos cargos no dia da aprovação do Termo de Referência (22/04/2014), limitação do objeto da impropriedade apontada nesse subitem.

28. Assim, suas razões de justificativas merecem prosperar no tocante à impropriedade concernente ao subitem em questão.

29. Quanto às alegações do Sr. **Carlos Antônio da Silva Santarém**, a impropriedade ocorreu no período em que ocupava o cargo de Administrador Regional, conforme assinatura de aprovação no referido documento à fl. 240. Dessa forma, suas razões de justificativa não merecem ser acolhidas em relação ao subitem.

Subitem 4.2 – falhas no acompanhamento e saldos registrados em contas contábeis

Argumentos:

30. Em face do subitem em tela, os Srs. **Hebert Lobo Ribeiro** e **Carlos Antônio da Silva Santarém** alegaram que, devido à nova legislação inaugurada com a Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público, bem como pela falta de profissionais qualificados naquela Administração Regional, não foi possível a correta conciliação das contas.



31. Informaram que após tomarem ciência das recomendações previstas no Relatório de Auditoria nº 04/2017 – DIGOV/COIPG/SUBCI/CGDF foram tomadas providências para as correções das impropriedades.

32. Ademais, afirmaram que, conforme Memorando SEI – GDF nº 41/2018 – RA XII/COAG/GEOFIN de 31/12/2018, as pendências foram sanadas em atendimento às recomendações constantes no subitem 4.2 do referido relatório de auditoria. (fls. 72/73 e 170/171).

33. Pugnaram pela desconsideração das supostas falhas dos subitens 2.1, 3.1 e 4.2, apontadas como graves e médias, uma vez que perderam o seu objeto. Caso contrário, pediram que sejam reconhecidas como de caráter formal, não ensejando na reprovação de suas contas, visto que não contribuíram para qualquer prejuízo (fls. 73 e 172).

Análise:

34. A alegação de falta de pessoal qualificado para adequação dos procedimentos de acompanhamentos e registro de saldos de acordo com a Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público não é capaz de justificar a falha verificada. Entretanto, entendemos não ser da atribuição do Administrador Regional ou do Diretor de Administração Geral acompanhar os registros contábeis, mas do setor de contabilidade.

35. Dessa forma, tendo em vista a natureza técnica da atribuição do setor de contabilidade, bem como a inovação legislativa, que necessitava de adequação aos novos procedimentos, entendemos suficientes as alegações dos justificantes, para que a impropriedade não repercuta como irregularidade em suas contas.

36. Entretanto, sendo da responsabilidade dos gestores, à frente das Administrações Regionais, proporcionar a capacitação dos servidores, essa impropriedade pode influenciar com ressalva nas suas contas, tendo em vista tratar-se de falhas formais que não geraram prejuízo aos cofres públicos.

Subitem 4.1 – irregularidades nos controles de permissionários, o Sr. Risomar da Silva Carvalho

37. No tocante ao subitem em tela, o Sr. Risomar da Silva Carvalho informou que as recomendações previstas no Relatório de Auditoria nº 04/2017 – DIGOV/COIPG/SUBCI/CGDF não foram atendidas, pois não ocupava mais o cargo à época.

38. Ressaltou que a Coordenadoria das Cidades, órgão que expedia os Termos de Permissão, era a responsável pelo cadastramento. Além disso, a



R.A. não dispunha de corpo técnico, nem mesmo autorização, para inclusão ou modificação de arrecadação dos permissionários.

39. Informou que foi criada comissão para verificar a situação dos permissionários, conforme recomendado no referido relatório. Dessa forma, o subitem perdeu seu objeto (fl. 258).

Análise:

40. Tendo em vista ser da responsabilidade das Coordenadorias das Cidades a expedição dos Termos de Permissão e recadastramento, bem como considerando a falta de pessoal e de autorização para inclusão e modificação de arrecadação dos permissionários, não vislumbramos que essas impropriedades, que na sua maioria era de competência de outros órgãos, possam ter materialidade a ponto de repercutir como irregularidade em sua gestão. Entretanto, entendemos que o controle dos permissionários inadimplentes ou em situação irregular, dentro do possível, deveriam ser objeto de procedimentos de comunicação aos órgãos competentes para a devida regularização e cobrança.

41. Ademais, a Corte, em diversas oportunidades, tem se manifestado que as impropriedades no controle de permissionárias são falhas que devem repercutir como ressalvas nas contas dos responsáveis, conforme decisões a seguir:

“DECISÃO Nº 4041/2016

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da tomada de contas anual da Administração Regional do Park Way – RA XXIV, relativa ao exercício financeiro de 2011; II – nos termos do art. 17, I, da LC nº 1/94, julgar regulares as contas do Sr. Rodrigo Leandro Felix (Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio) e das Sras. Manuela Carneiro Carvalho (Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio - Substituta) e Viviane Regina de Matos (Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio - Substituta); III – **nos termos do art. 17, II, da LC nº 1/94, julgar regulares, com ressalvas**, as contas dos Srs. José Benevenuto Estrela (Administrador Regional) e João Batista Calvi (Diretor de Administração Geral) pelas falhas apontadas nos subitens 3.1 – falhas na pesquisa de preços; 3.2 – falhas nos procedimentos licitatórios referentes à adesão de ata de registro de preços (ARP); 3.3 – falhas na elaboração do Projeto Básico; 3.4 – falha nos elementos comprobatórios de realização de evento; 3.7 – **Controle precário das ocupações de área pública do Relatório de Auditoria nº 11/2015** – DIRAG II/CONAG/SCI/CGDF, fls. 187/193 do Apenso nº 040.000.946/2012; [...]”. Grifamos.

“DECISÃO Nº 653/2019

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – no mérito: a) **dar provimento parcial ao recurso de reconsideração** de fls. 325/326, interposto pelo Sr. José Ricardo do Nascimento, para reformar o item VI da Decisão nº 5.864/2017 e o Acórdão nº 466/2017, de modo a afastar o subitem 2.1 do Relatório de Auditoria nº 03/2016 - DIRAD/CONAG/SUBCI/CGDF como mácula à



gestão dos responsáveis, mantendo, por outro lado, os subitens 2.2 e 2.3 do Relatório de do Controle Interno como fatores de irregularidades das contas do recorrente e do Sr. Gildo Martins Freire; b) dar provimento ao recurso de reconsideração de fls. 339/342 interposto pelo Sr. Francisco Carlos de Sá Freitas, para reformar o item VII da Decisão nº 5.864/2017 e o Acórdão nº 467/2017, para expurgar o subitem 2.1 do Relatório de Auditoria nº 03/2016 - DIRAD/CONAG/SUBCI/CGDF como fator de irregularidade das contas do recorrente e do Sr. Antônio Ribeiro de Sales; II – **em decorrência, julgar, nos termos do art. 17, inciso II, da LC nº 01/1994, regulares, com ressalvas, as contas** do Srs. Francisco Carlos de Sá Freitas e Antônio Ribeiro de Sales, em face das impropriedades constantes dos subitens 2.1 – Execução por longo período de contratos com prazo de vigência expirados; 2.4 – Ausência de fiscalização e manutenção contínua dos imóveis pertencentes à Administração Regional do Varjão; 2.5 – Ausência de procedimentos internos que visem o encaminhamento, ao núcleo de material e patrimônio, de todas as alterações patrimoniais; 2.6 – Ausência de incorporação de obras executadas pela Administração Regional do Varjão; 2.7 – Falhas no controle de materiais e nas condições de armazenamento do almoxarifado da Administração Regional do Varjão; 3.1 – **Ausência de registro, conciliação e acompanhamento, dos créditos a receber e recebidos, dos contratos de permissão de uso de área pública**, todos do Relatório de Auditoria nº 03/2016 - DIRAD/CONAG/SUBCI/CGDF; [...]”. Grifamos

“DECISÃO Nº 1283/2017

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da tomada de contas anual da Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – RA XXIX, relativa ao exercício financeiro de 2013, objeto do Processo nº 040.001.384/2014; II – **julgar: a) com fulcro no art. 17, inciso II, da LC nº 1/1994, regulares, com ressalvas**, as contas do Sr. Ismar Chaves de Melo (Diretor de Administração Geral) e da Sra. Marly Silva de Sousa (Diretora de Administração Geral), em decorrência dos subitens “**2.1 – Área pública – falhas nos controles de arrecadação de receitas**”, “3.1 - Não indicação da tabela SINAPI (CEF) como referência de preços para orçamentos, contrariando decisão do TCDF”, “3.3 - Homologação e adjudicação de objeto de licitação a empresa que descumpriu exigências editalícias”, “3.4 - Execução de rampas de acessibilidade em desacordo com a norma”, “3.5 - Ausência de termo aditivo em alteração de materiais e serviços”, “3.6 - Alteração indevida no local de execução do objeto do contrato” e “3.7 - Ausência de assinatura no termo de recebimento definitivo”, bem como regulares, com ressalvas, as contas do Sr. José Tenório da Silva Neto (Administrador Regional), em decorrência dos subitens acima citados, com o acréscimo do subitem “3.2 – Fracionamento irregular de objeto de licitação”, todos do Relatório de Auditoria nº 64/2016 – DIRAD/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 290/297 do Processo nº 040.001.384/2014; [...]). Grifamos.

42. Dessa forma, entendemos que devem ser acolhidas parcialmente suas razões de justificativa, podendo a impropriedade ser objeto de oposição de ressalvas nas contas do justificante.



Argumentos:

43. Hebert Lobo Ribeiro, Carlos Antônio da Silva Santarém e Risomar da Silva Carvalho alegaram a necessidade de individualização e dosimetria das possíveis sanções (fls. 74, 172 e 258/259).

44. Aduziram ser necessária uma análise global das contas, tendo em vista que não é razoável que a gestão de 12 meses de um órgão seja reprovada por pequenas falhas que não trouxeram prejuízo financeiro, conforme evidenciado no Parecer nº 0831/2018, do MPC, que afirmou não **“ter evidenciado prejuízo ao erário”**, bem como na manifestação da 2ª DICONT, que concluiu, em relação aos Processos nºs 142.000.147/2014 e 142.001.680/2013, **pela ausência de prejuízo ao erário e ausência de irregularidades nas etapas cumpridas e pagas** (fls. 74/75, 173 e 259/260).

45. Enfatizaram que as contas não devem ser analisadas apenas sob o aspecto de determinado ato, mas considerar a gestão como um todo. Ademais, informaram que não há prova de fraude, direcionamento ou qualquer ato que macule as contratações. Além disso, afirmaram que não houve nenhuma irregularidade que tivesse causado dano ao erário.

46. Por fim, alegaram que não há provas da participação dos justificantes que representem faltas médias ou graves, negligência ou ocorrência de prejuízo, solicitando a procedência de suas razões de justificativa e, caso sejam encontradas inconsistências, que sejam imputadas ao respectivo responsável (fls. 75/76, 173/174 e 260/261).

Análise:

47. Na análise das contas, é considerado o período anual, bem como o tempo em que os responsáveis ocuparam as suas funções e, ainda, de que maneira as impropriedades e falhas praticadas interferem na gestão.

48. Dessa forma, para certificar que um ato ou um processo influencia no julgamento de suas contas, verifica-se a materialidade e relevância, bem como o tipo de irregularidade, a fim de constatar se a falha trouxe prejuízo ao erário, prejudicou a administração ou foi apenas uma falha formal, conforme art. 204 do RITCDF, o qual disciplina que *“as contas serão julgadas regulares com ressalva quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário”*, bem como o firmado no art. 205, que assim determina:

“O Tribunal julgará as contas irregulares quando evidenciada qualquer das seguintes ocorrências:

I - omissão no dever de prestar contas;



- II - prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;
- III - dano ao patrimônio público decorrente de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico;
- IV - desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.”

49. Desse modo, assiste razão aos justificantes no que concerne aos argumentos ofertados para se observar o tipo de falha e sua influência no julgamento de suas contas.

Argumentos:

50. Hebert Lobo Ribeiro, Carlos Antônio da Silva Santarém e Risomar da Silva Carvalho pediram, por fim, que se faça a individualização das condutas dos atos dos referidos agentes, bem como que seja concedido novo prazo para que apresentem as suas razões de justificativa, a fim de exercerem o contraditório e ampla defesa. Caso contrário, que seja declarado o arquivamento do processo por ilegitimidade passiva. Ainda assim, caso não acate os referidos pedidos, que seja emendada a peça a fim de especificar o correto lapso temporal em que os justificantes exerceram as referidas funções.

51. Além disso, requereram que sejam acolhidas as razões de justificativa, determinado o arquivamento do feito. Caso haja entendimento divergente desse pleito, que julgue, nos termos do art. 17, II, da LC nº 1/94, as suas contas como **regulares com ressalvas** (fls. 76/77, 174/175 e 261/262).

52. Ao final, todos solicitaram o deferimento para que façam a sustentação oral, pessoalmente ou por meio de seu representante legal, nos termos do art. 136 do RI/TCDF (fls. 77, 175 e 262).

Análise:

53. Diante do exame realizado nesta instrução, entendemos que as razões de justificativa merecem ser acolhidas nos termos pugnados no parágrafo 49 retro, podendo as contas dos Srs. Hebert Lobo Ribeiro, Carlos Antônio da Silva Santarém e Risomar da Silva Carvalho ser julgadas regulares com ressalvas, nos termos do art. 17, II, da LC nº 1/94.

54. Destaca-se que, ao final de sua peça, os defendentes requereram sustentação oral por ocasião do julgamento de suas contas. Entendemos que não há óbice para o atendimento do pedido. Para tanto, deve ser dado conhecimento aos interessados da data de inclusão deste processo na pauta de julgamento, observada a antecedência mínima de 10 dias exigida pelo § 2º do art. 136 do RI/TCDF.



CONCLUSÃO

55. Em face das análises efetuadas nesta Informação, bem como na Informação nº 45/2018 – SECONT/2ªDICONTE (fls. 10/20), pode a Corte considerar, quanto ao mérito, **parcialmente procedentes** as justificativas apresentadas pelos responsáveis **Hebert Lobo Ribeiro**, fls. 61/77 e anexos de fls. 78/159, **Risomar da Silva Carvalho**, fls. 253/262 e Anexos de fls. 263/276, e **Sr. Carlos Antônio da Silva Santarém**, fls. 160/175 e anexos de fls. 176/252, julgando suas contas regulares com ressalvas, em face das impropriedades apontadas no Relatório de Auditoria nº 74/2016 – DIGOV/COAPG/SUBCI/CGDF (fls. 491/500*), a seguir descritas:

- a. Sr. Risomar da Silva Carvalho (Administrador Regional no período de 1/1 a 3/4/2014), pelas falhas apontadas nos subitens: 3.3 - Falhas apontadas em relatórios de bens – exercício 2014, 4.1 - Irregularidades nos controles de permissionários e 4.2 - Falhas no acompanhamento de saldos em contas contábeis do Relatório de Auditoria nº 04/2017 – DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF (fls. 319/327 do Processo nº 040.001.049/2015);
- b. Sr. Carlos Antônio da Silva Santarém (Diretor de Administração Geral no período de 1/1 a 3/4/2014 e Administrador Regional no período de 4/4 a 31/12/2014) pelas falhas apontadas nos subitens: 2.1 – Pagamento regular de despesa sem cobertura contratual que deveria ter sido tratada como despesa indenizatória, 3.1 - Ausência de comprovação de adequação entre o termo de referência objeto da contratação e a demanda às especificações constantes da Ata de Registro de Preços nº 25/2013 com direcionamento na contratação de empresa por meio de adesão, 3.3 - Falhas apontadas em relatórios de bens – exercício 2014, 4.1 - Irregularidades nos controles de permissionários e 4.2 - Falhas no acompanhamento de saldos em contas contábeis do Relatório de Auditoria nº 04/2017 – DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF (fls. 319/327 do Processo nº 040.001.049/2015);
- c. Sr. Hebert Lobo Ribeiro (Diretor de Administração Geral no período de 4/4 a 31/12/2014), pelas falhas apontadas nos subitens 2.1 – Pagamento regular de despesa sem cobertura contratual que deveria ter sido tratada como despesa indenizatória e 4.1 - Irregularidades nos controles de permissionários, do Relatório de Auditoria nº 04/2017 –



DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF (fls. 319/327 do Processo nº 040.001.049/2015).

56. Deve, ainda, o Tribunal deliberar sobre o pedido de sustentação oral formulado pelos justificantes às fls. 77, 175 e 262.

SUGESTÕES

57. Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que, após deliberar sobre o pedido de sustentação oral requerido pelos justificantes:

- I. tome conhecimento das razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis Hebert Lobo Ribeiro (fls. 61/77 e anexos de fls. 78/159), Carlos Antônio da Silva Santarém (fls. 160/175 e anexos de fls. 176/252) e Risomar da Silva Carvalho (fls. 253/262 e Anexos de fls. 263/276), considerando-as parcialmente procedentes;
- II. com fulcro no art. 17, II, da LC nº 1/1994, julgue, no tocante ao objeto desta TCA, regulares com ressalvas as contas dos gestores:
 - a. Sr. Risomar da Silva Carvalho, CPF: 442.702.081-04 (Administrador Regional no período de 01/01 a 03/04/2014), pelas falhas apontadas nos subitens 3.3 - Falhas apontadas em relatórios de bens – exercício 2014, 4.1 - Irregularidades nos controles de permissionários e 4.2 - Falhas no acompanhamento de saldos em contas contábeis, todos do Relatório de Auditoria nº 04/2017 – DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF (fls. 319/327 do Processo nº 040.001.049/2015);
 - b. Sr. Carlos Antônio da Silva Santarém, CPF: 376.662.231-53 (Diretor de Administração Geral no período de 01/01 a 03/04/2014 e Administrador Regional no período de 04/04 a 31/12/2014), pelas falhas apontadas nos subitens 2.1 – Pagamento regular de despesa sem cobertura contratual que deveria ter sido tratada como despesa indenizatória, 3.1 - Ausência de comprovação de adequação entre o termo de referência objeto da contratação e a demanda às especificações constantes da Ata de Registro de Preços nº 25/2013 com direcionamento na contratação de empresa por meio de adesão, 3.3 - Falhas apontadas em relatórios de bens – exercício 2014, 4.1 - Irregularidades nos controles de permissionários e 4.2 - Falhas no acompanhamento de saldos em contas contábeis, todos do Relatório de Auditoria nº 04/2017 –



DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF (fls. 319/327 do Processo nº 040.001.049/2015);

- c. Sr. Hebert Lobo Ribeiro, CPF: 605.813.951-15 (Diretor de Administração Geral no período de 04/04 a 31/12/2014), pelas falhas apontadas nos subitens 2.1 – Pagamento regular de despesa sem cobertura contratual que deveria ter sido tratada como despesa indenizatória e 4.1 - Irregularidades nos controles de permissionários, ambos do Relatório de Auditoria nº 04/2017 – DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF (fls. 319/327 do Processo nº 040.001.049/2015);
- d. Sra. Olga da Silva Matos de Araújo, CPF: 766.312.061-20 (Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio no período de 12/02 a 31/12/2014), pelas falhas apontadas no subitem 3.3 - Falhas apontadas em relatórios de bens – exercício 2014, do Relatório de Auditoria nº 04/2017 – DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF (fls. 319/327 do Processo nº 040.001.049/2015).

III. nos termos do art. 17, I, da LC nº 1/94, julgue regulares as contas da Sra. Izabel Ferreira Silva (Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio no período de 01/01 a 11/2/2014), pelo curto período do tempo em que ocupou o cargo e por não ter nenhuma falha vinculada a sua atuação;

IV. nos termos do art. 19 da LC nº 1/94, determine aos atuais administradores da Administração Regional de Samambaia – RA XII que adotem as medidas necessárias para evitar a repetição das falhas apontadas;

V. em conformidade com os termos do art. 24 da LC nº 1/94, considere quites com o erário distrital, no tocante ao objeto desta TCA, os responsáveis relacionados nos itens II e III retro;

VI. autorize:

- a. a devolução do Processo nº 040.001.049/2015 à Secretaria de Estado de Fazenda do DF;
- b. a devolução dos autos à Secretaria de Contas para as providências cabíveis e arquivamento.

À superior consideração.